



Revista Conexão UEPG  
ISSN: 1808-6578  
ISSN: 2238-7315  
[revistaconexao@uepg.br](mailto:revistaconexao@uepg.br)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Brasil

# A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE NA COMUNIDADE DE PONTA GROSSA: DE PROJETO EXTENSIONISTA À OBRIGAÇÃO LEGAL

**Manjinski, Everson; Oliveira, Flavia da Silva**

A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE NA COMUNIDADE DE PONTA GROSSA: DE PROJETO EXTENSIONISTA À OBRIGAÇÃO LEGAL

Revista Conexão UEPG, vol. 17, núm. 1, 2021

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

**Disponible en:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514166114058>

**DOI:** <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.17954.58>

# A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE NA COMUNIDADE DE PONTA GROSSA: DE PROJETO EXTENSIONISTA À OBRIGAÇÃO LEGAL

Everson Manjinski

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil  
everson@manjinski.com.br

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v17.17954.58>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514166114058>

Flavia da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil  
soliveira@uepg.br

Recepción: 08 Mayo 2021

Aprobación: 02 Agosto 2021

## RESUMO:

No prelúdio de três décadas de existência, a Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UATI/UEPG) construiu uma verdadeira estrutura de apoio à educação da comunidade idosa de Ponta Grossa e se estabeleceu como referência para a concretização dos valores sociais diante da terceira idade. Com base em um enfoque epistemológico funcionalista, através da pesquisa descritiva e documental, levantaram-se dados capazes de selecionar um conjunto de características que a distinguem e por meio das quais é possível individualizá-la, como se dividem seus alunos diante de sua idade, sexo, ocupação, escolaridade e estado civil, e, com base numa pesquisa bibliográfica, relatar-se-á a conjuntura histórica que estruturou a formação das universidades abertas da terceira idade e a importância para a disposição organizacional na criação da primeira estrutura do gênero no Estado do Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Universidade, Idoso.

## ABSTRACT:

After three decades of existence, the Open University for Senior Citizen at the State University of Ponta Grossa (UATI/ UEPG, Brazilian abbreviation) has built a solid structure for the education of the elderly community of Ponta Grossa and has established itself as a reference for the realization of social values in old age. Based on a functionalist epistemological approach, through descriptive and documentary research, it were collected data that provided a set of characteristics that distinguish it and through which it is possible to individualize it and to demonstrate how its students are divided according to their age, sex, occupation, education and marital status. Thus, based on bibliographic research, it is possible to report the historical context of open universities for senior citizens and the importance of the implementation of the first institution of this kind in the state of Paraná.

**KEYWORDS:** Education, University, Elderly.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento do corpo humano é uma decorrência biológica inevitável que não precisa trazer consigo situações de isolamento social ou descontinuidade de uma vida saudável, “[...] além disso, quanto mais ativo o idoso, melhor é seu estado de saúde, sua satisfação com a vida e, consequentemente, melhor é a sua qualidade de vida”. (ADAMO, ESPER, *et al.*, 2017, p. 558)

As universidades abertas para a terceira idade exercem um papel fundamental na recolocação do idoso na sociedade de informação, mantendo-os com perspectivasativas da vida social, patrocinando um convívio estruturado e mantendo uma rotina agradável e com estabilidade suficiente para se pensar o futuro.

É um fato que “[...] o envelhecimento conduz a uma mudança significativa nos papéis sociais, que precisam de uma re-significação tanto em nível micro, a família, como em nível macro, a sociedade.” (OLIVEIRA,

2011, p. 1.161) e, por este motivo, entender a universidade aberta para a terceira idade como uma engrenagem deste organismo vivo que é sociedade, faz compreender sua importância e necessidade para a inclusão deste grupo.

Mais do que uma obrigação legal, de um projeto extensionista de uma instituição de ensino superior ou de um laboratório de práticas, as universidades abertas para a terceira idade desempenham um papel fundamental numa das áreas mais sensíveis do cuidado que o Estado tem que ter com este nicho da população: a educação.

Trata-se de uma mescla de ensino permanente com ensino não formal, necessidade de conhecimentos específicos, vida social em grupo de interesses similares, amor com e pelo próximo.

Nesta exposição, busca-se realizar uma análise sucinta da trajetória conjuntural que redundou na estruturação das universidades abertas para a terceira idade, seus ideais e funções, as expectativas de seu público-alvo, contudo, com os resultados arrecadados nos últimos anos através de pesquisa bibliográfica, eis que não é possível uma varredura de dados *in loco*, diante das inconclusões geradas pela pandemia de Covid-19, de modo que se pretende verificar como se consolidou a identidade da Universidade Aberta da Terceira Idade vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UATI/UEPG).

## TRAJETÓRIA CONJUNTURAL

A estrutura de uma universidade para a terceira idade era conhecida na França desde 1960, quando se criaram as universidades de tempo livre, sendo que, em 1973, era fundada a primeira universidade da terceira idade: a Université du Troisième Âge (UTA), em Toulouse. (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 202).

Em 1980, instalou-se, no Uruguai, a *Universidad Abierta Uruguay* (UNI3 Uruguay), que não possuía nenhuma vinculação com outra universidade e tinha como base os princípios da educação permanente. (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 202).

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) têm sido disseminadas nas diferentes universidades pelo mundo como uma estratégia de empoderamento do idoso, uma educação não formal e uma educação permanente ao mesmo tempo em que instrumentaliza o idoso com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania. (OLIVEIRA, 2013)

Já no Brasil, as pioneiras do trabalho com a população idosa foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “[...] que, em 1982, criou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (Neti); e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que, no mesmo ano, criou o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade – Nieati”. (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016, p. 203).

Em 1990, começam a aflorar, nos mais diversos cantos do país, instituições preocupadas com o idoso, principalmente porque “[...] os programas voltados para os idosos, nas universidades, apresentam um propósito bem definido: a melhor qualidade de vida.” (OLIVEIRA, 2011, p. 1.162).

Foi também em março de 1990 que se criou, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), um grupo de trabalho para implantação da Universidade Aberta para Terceira Idade na UEPG, o que veio culminar, em 1992, na criação da UATI/UEPG.

Para se entender este movimento de procura à integração do idoso, deve-se entender a conjuntura social e política pela qual o país passou na década de 1990.

A Constituição Federal foi promulgada somente em 5 de outubro de 1988, portanto, sendo divulgada aos brasileiros, em seus pormenores, durante 1989. Visando o bem-estar do ser humano com uma idade considerável, a Constituição Federal – artigo 230 estabeleceu que o dever de amparar as pessoas idosas é solidário à família, à sociedade e ao Estado, e que sua participação em atividades da comunidade faz parte da obrigação maior de proteção à sua dignidade, ao bem-estar e o direito à vida (BRASIL, 1988).

Este dever constitucional de proteção ao idoso, base do estado brasileiro, trata-se de uma norma programática, pois define finalidades organizacionais, econômicas e sociais para o Estado.

Mas não foi de imediato que a legislação delineou o norte da questão, foram através de práticas desenvolvidas em uma questão de necessária intervenção de política pública que por quase trinta anos se estabeleceram as diretrizes para criação das universidades abertas para terceira idade.

Como dever constitucional, iniciaram-se as discussões sobre a estruturação de uma Política Nacional do Idoso (PNI), que em 1994 o Congresso Nacional materializa e aprova como Lei nº 8.842.

De forma tímida, e muito distante do que se esperava, novamente, somente aspirações foram levadas em consideração, sem nenhuma intervenção prática notável a ser assinalada.

Contudo, nas razões de veto que levaram ao arquivo mais da metade do Plano, também arquivaram o “Conselho Nacional do Idoso” que, quem sabe, tivesse injetado ânimo nas intervenções do Estado junto à proteção do Idoso.

Após quase uma década, se fez necessária uma intervenção mais específica e, em outubro de 2003, se estabeleceu, certamente, a maior política pública de amparo ao idoso em nível nacional que o Brasil já viu, a Lei nº 10.741, assim batizada de Estatuto do Idoso.

Mesmo estabelecendo elementos objetivos de proteção, na maioria das situações, a referida Lei não trouxe referências específicas que tornassem a política pública uma ação afirmativa de proteção ao idoso, repetindo novamente os embargos ocorridos com o PNI.

Basta uma simples análise do artigo 3º do Estatuto do Idoso para se destacar que a efetivação do direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, faz parte de uma essência não objetivada pela Lei:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Tais direitos são novamente detalhados nos artigos 20 a 24, mas sempre de forma programática, não obrigando a materialização destas obrigações.

Somente três décadas depois de a Constituição Federal estabelecer direitos mínimos programáveis, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2017 a Lei nº 13.535, que modificou a redação do artigo 25 do Estatuto do Idoso, estabelecendo que “[...] as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais”.

Portanto, o amparo legal e o dever, frise-se: dever das instituições de educação superior em criar e manter universidade da terceira idade, só veio em 2017.

As universidades, assumindo também a tarefa de desenvolvimento cultural da clientela idosa, ampliam o seu compromisso social, integrando aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento, levando-os a usufruir os bens advindos com esta proposta. (OLIVEIRA, 2001, p. 30)

Ao se analisarem as intervenções legislativas, é facilmente verificado que uma política pública não ocorre de um dia para o outro, por uma grande ideia ou por simples desejo isolado, mas se trata de uma trajetória da própria sociedade ao encontrar um problema e pelas mais diversas formas tentar resolvê-lo, com experiências testadas na prática e que devolvem um resultado comprovado.

Foi isto que ocorreu com a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), criada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pois é fato que “[...] as universidades, cada vez mais, abrem um espaço para o idoso, ultrapassando barreiras e socializando, com a população, os conhecimentos produzidos.” (OLIVEIRA, 2011, p. 1.160)

Ainda nos idos de 1992, há três décadas, UATI/UEPG foi criada como um projeto de extensão, com base nos preceitos da educação permanente, com objetivos bem determinados, em que buscava integrar e ampliar

a participação do idoso, resgatar a dignidade e cidadania, elevar a autoestima do idoso, valorizar o idoso e melhorar a qualidade de vida do idoso.

Sem nenhuma ressalva, é a instituição desta modalidade mais antiga e ainda em funcionamento no Estado do Paraná, eis que a UNATI/UEL tem sua criação em 1994, a UNATI/UNICENTRO em 2000, a UNATI/UEM em 2009 e a UNATI/UNIOESTE em 2016 (CEDE/PR, 2021). Foi também a UEPG uma das três primeiras universidades a oferecer um programa de educação para a terceira idade.

Alguns autores defendem que a primeira universidade pública estadual a oferecer um programa de educação para a terceira idade foi a USP em 1993 [...] a pesquisa preliminar apontou que a criação das UATIs foi encampada por três universidades estaduais públicas inicialmente, sendo elas: USP, UERJ e UEPG, sendo que a Universidade Estadual de Ponta Grossa foi pioneira ao oferecer educação permanente para a terceira idade no Brasil, criando o curso da Universidade Aberta para Terceira Idade, anteriormente à Lei 8842/94.(ALMEIDA; OLIVEIRA, 2013, p.312).

Agregando funções de acolher os idosos egressos da UATI/UEPG, ainda em 1994, aqueles que tivessem interesse em continuar com as atividades poderiam participar da Universidade Continuada para a Terceira Idade (UCTI).

Em 1997, a UATI/UEPG é institucionalizada pela Resolução CA nº 56/97.

Vale salientar que, mesmo sendo uma das mais de “200 instituições do gênero no Brasil” (CACHIONI, 1999, p. 160), a UATI/UEPG possui algumas peculiaridades que consolidam sua identidade como uma instituição ímpar.

## RAZÃO INSTITUCIONAL

As universidades agregam como função a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, como bem descreve o artigo 207 da Constituição Federal.

Por este motivo o Estatuto do Idoso foi recentemente modificado – 2017 – para delegar às universidades o dever de criar e manter as universidades para a terceira idade.

Diferente da ideia francesa em Toulouse em 1960 ou do Uruguai em 1980, que criaram instituições independentes de outras instituições de ensino superior (IES), o Brasil preferiu atribuir às instituições de ensino superior tal desiderato, inclusive porque, como acima foi verificado, já era o que estava acontecendo, tal como esclarece a professora Meire Cachioni:

É, portanto, recente na experiência brasileira, a admissão de adultos maduros e idosos na universidade, para experiências educacionais desvinculadas das vocações classicamente assumidas por essas instituições: ensino, formação profissional no âmbito do 3º grau, pesquisa e extensão. As universidades da terceira idade exemplificam o exercício de outra importante missão da universidade, que é a prestação de serviços à comunidade à qual está integrada (CACHIONI, 1999, p. 167).

Como projeto de extensão, integrando à prestação de serviços à comunidade as Instituições de Ensino Superior (IES), além de desempenharam sua função social e orgânica dentro do sistema educacional, ainda fornecem ao seu público alvo – os acadêmicos, a possibilidade de um campo de estudo à disposição.

E é exatamente na pesquisa que as universidades abertas para a terceira idade fornecem a contribuição mais significativa para todos os ramos das ciências, mesmo que sejam reais as poucas publicações específicas.

Apesar do sucesso que essa modalidade de educação permanente para adultos maduros e idosos tem alcançado, ainda são poucas as publicações acerca do desenvolvimento e das atividades das universidades da terceira idade pelos diversos países. Segundo Swindell e Thompson (1995), apesar da grande expansão das universidades da terceira idade por todo o mundo, os intercâmbios e trocas de informações entre essas instituições são precárias, e fruto da iniciativa individual de pesquisadores da área. (CACHIONI, 1999, p. 149)

A UATI/UEPG contribui para todas estas funções: diretamente presta serviço à comunidade, conectando o adulto maduro e o idoso ao mundo social, em uma série de atividades integradas, desenvolvendo a extensão

universitária ao produzir conhecimento e servir como interlocução das atividades acadêmicas de ensino e pesquisa.

Quanto ao serviço à comunidade, “[...] a UATI estrutura-se com abordagem multidisciplinar, analisa constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sociocultural” (OLIVEIRA, 2011, p. 164).

A UATI promove as relações intergeracionais, priorizando o processo de valorização humana e social da pessoa idosa, pela aquisição de conhecimentos e aprimoramento de habilidades oportunizados em diferentes espaços educativos. Uma das preocupações é possibilitar uma melhoria na qualidade de vida, possibilitando a reconstrução de um idoso mais alegre, otimista, partícipe e inserido socialmente. (OLIVEIRA, 2011, p. 164)

A UATI/UEPG desenvolve a pesquisa propriamente dita, eis que através do Grupo de Pesquisas “Políticas públicas, educação permanente e práticas educacionais de jovens, adultos e idosos” (GEJAI), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa e certificado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), proliferou nos últimos 20 anos uma série de publicações com efeito à integração e amparo ao idoso, servindo também como oficina de observação e levantamento de dados para inúmeras pesquisas documentais e bibliográficas.

Concomitantemente, a coordenadora mantém um Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq intitulado Educação Permanente de Jovens, Adultos e Idosos, no qual acadêmicos e professores semanalmente refletem sobre a questão do idoso, o processo de envelhecimento e sua problemática na realidade brasileira, buscando subsídios teóricos para constante reformulação do Curso conforme os interesses dos alunos, além de instrumentalizar os docentes com o conhecimento para atuarem com essa faixa etária. Outra linha de pesquisa intitula-se Envelhecimento, maturidade e velhice, também cadastrada no mesmo órgão nacional, acolhe pesquisadores interessados nesta temática e mantém um grupo com significativa produção científica (OLIVEIRA, 2011, p. 166).

Foi também graças a esta oficina de observação que se incentivou a criação da pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Gerontologia, iniciada em 2017 e que já se encontra em sua segunda edição.

## IDENTIDADE DA UATI/UEPG

É exatamente porque o “[...] envelhecimento deve ser encarado como processo natural e não como uma doença terminal” (OLIVEIRA, 2002, p. 38) que o idoso deve ser integrado à comunidade e à sociedade, evitando-se, assim, que ocorra “[...] um decréscimo inevitável na interação entre a pessoa que envelhece e as demais”, o que se denomina de teoria do desengajamento ou da desvinculação (OLIVEIRA, 2002, p. 39).

Conforme a teoria do desengajamento, “[...] com o progressivo aumento da idade, as pessoas tendem a se desvincular da sociedade, dos contatos sociais, dos contextos de decisão e de algumas tarefas sociais que antes eram exigidas.” (LIMA; DA SILVA; GALHARDONI, 2008, p. 801).

É fato que “[...] o próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de muito ainda colaborar para a sociedade na qual está inserido.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2006). Ele se tornará um sujeito ativo, uma engrenagem deste organismo vivo e, quiçá, indispensável para este modelo de Estado neoliberal, que aposta em cada um dos seus sujeitos um retorno econômico e social.

O isolamento social contribui para o aparecimento de distúrbios na saúde física, diminuindo, assim, a longevidade, e aumentando-se a procura por serviços de atenção à saúde.

Os idosos cada vez mais, diante desta transformação demográfica, se conscientizam da própria posição e papel que ocupam na sociedade, recusando-se a ficarem restritos em ambientes sem grande participação social, ou sem estímulos para se desenvolverem, ou serem lembrados com limitações ou perdas, ao contrário, reclamam e reivindicam maior reconhecimento social, atuam em diferentes espaços públicos e virtuais, com o intuito de conseguirem maior visibilidade e decorrente dela, mais atenção e reflexões sobre a velhice, mais políticas públicas com ações práticas, superação de preconceitos, maior valorização e respeito. (OLIVEIRA, 2011, p. 160)

A UATI/UEPG vem exatamente elencar como seus objetivos principais a inserção social, a autonomia e o empoderamento do idoso, apresentando benefícios incontestáveis, como se fundamenta:

A UATI/UEPG apresenta benefícios incontestáveis aos alunos, tem contribuído para o resgate da cidadania do idoso, oportunizando diferentes atividades para aqueles que a frequentam, possibilidades de melhoria na qualidade de vida, empoderamento, e autonomia para se inserir ativamente na sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 171)

Exatamente porque “[...]o homem é um ser inconcluso, que continuamente está se desenvolvendo, crescendo, se aprimorando, pode-se considerar a educação como um processo indispensável ao longo da vida” (OLIVEIRA, 2011, p. 1.160) e que a UATI/UEPG demonstra-se indispensável à educação deste público, que até então não possui nenhuma unidade de referência para tanto.

Através de uma análise nos registros da UATI/UEPG, levantaram-se dados capazes de selecionar um conjunto de características que a distinguem e por meio das quais é possível individualizá-la.

Diretamente, já é possível se traçar um perfil de seu público-alvo, verificando-se que entre os anos de 1992 e 2018 passaram pelo projeto 1.736 alunos, dos quais quase a metade são “idosos jovens”, ou seja, têm entre 61 e 70 anos idade.

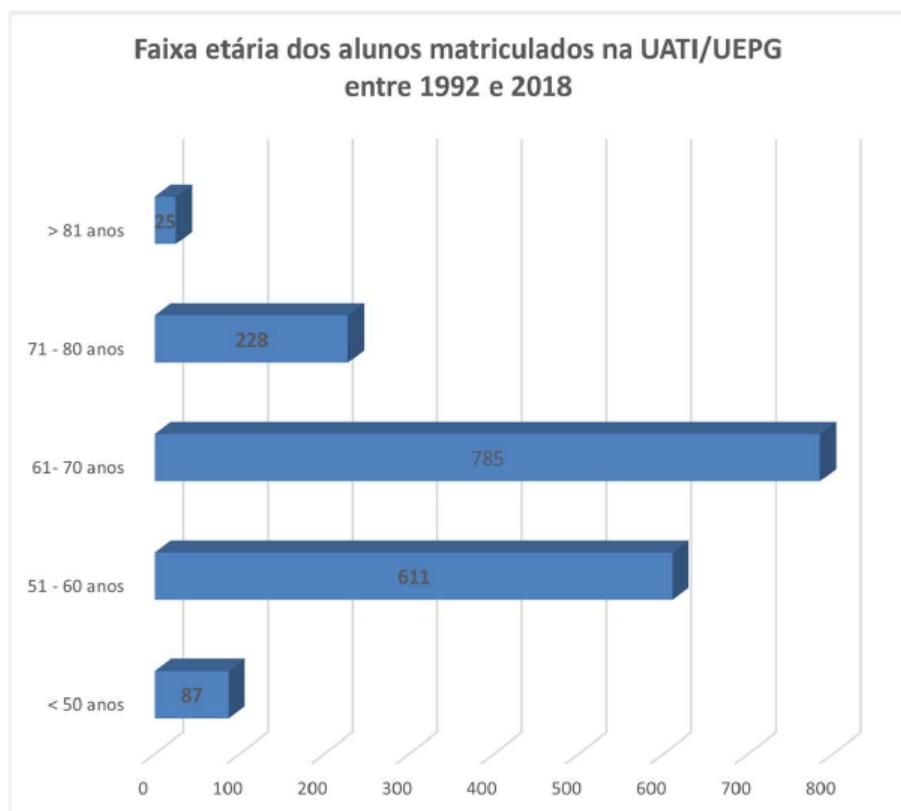


Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos matriculados na UATI/UEPG entre 1992 e 2018

Fonte: Dados do arquivo do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI/UEPG)

Esta informação é bastante relevante ao se programarem as atividades que serão ofertadas nos próximos anos, pois se trata de uma faixa etária ainda bastante ativa.

Veja-se que é exatamente nesta faixa etária que a maioria da sociedade começa a transição de totalmente ativa funcionalmente para a aposentadoria, tornando as mudanças de sua vida social e econômica muito superiores às mudanças físicas e biológicas.

Esta etapa da vida pode trazer ao aposentado uma série de prejuízos sociais, isolando-o e tornando-o um estereótipo de desocupado, necessitando de novas atividades que venham a reintegrá-lo à sociedade.

Infelizmente, o indivíduo aposentado é, muitas vezes marginalizado e excluído como incapaz, por não exercer atividade profissional regular. Alguns, recém-saídos do seu ambiente de trabalho, conseguem transferir seus interesses para um espaço privado, o ambiente familiar e doméstico vivenciando uma nova etapa da vida, saboreando-a com determinação, sem dar tanta importância às marcas que o preconceito social produz. (TEODORO, 2016)

Tanto que somente a metade dos matriculados entre 1992 e 2014 estavam aposentados e 1/5 destes alunos ainda estavam em atividade profissional:

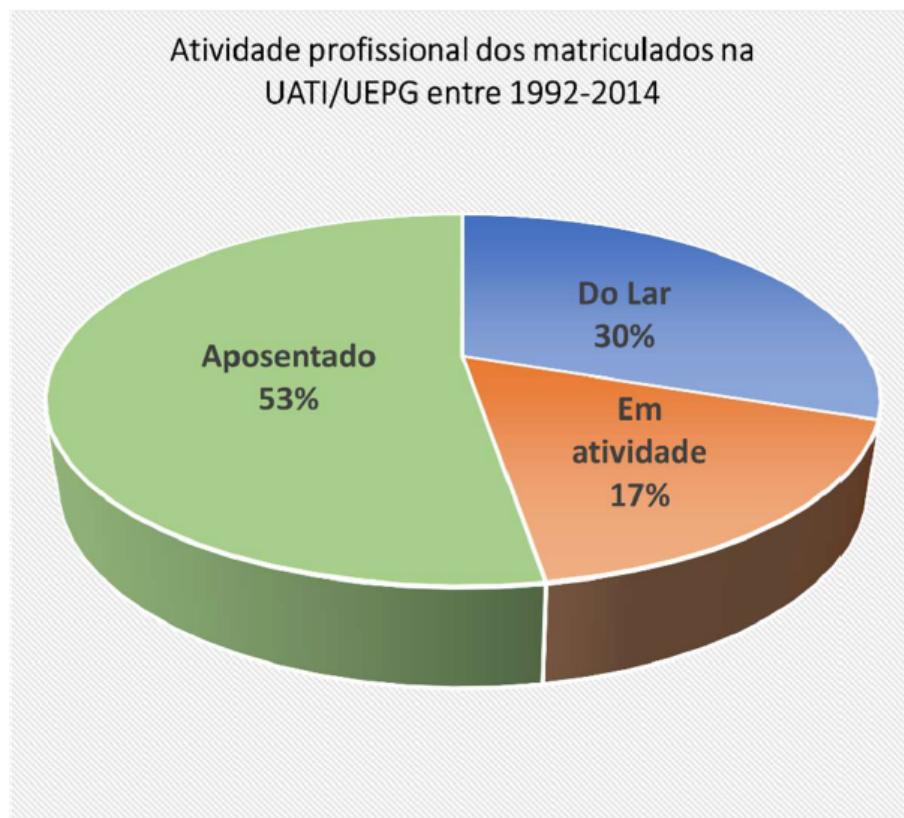


Gráfico 2 – Atividade profissional dos matriculados na UATI/UEPG entre 1992-2018

Fonte: Dados do arquivo do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI/UEPG)

Entende-se que estes números tendem a mudar nos próximos anos, isto porque, com a recente reforma da Previdência Social instituída pela Emenda Constitucional 103/2019, que alterou o artigo 201, §7º, inciso I da Constituição, estipulando que a aposentadoria será concedida, a partir de então, somente aos homens com 65 anos de idade e mulheres com 62, excluindo a aposentadoria por tempo de contribuição, haverá impossibilidade de horários disponíveis para que esta faixa etária participe da UATI/UEPG. O que leva a considerar que nos próximos anos haverá uma fase de transição que gerará também uma adaptação de currículo para tentar corrigir esta curva na faixa etária de matriculados na UATI/UEPG.

Esta adaptação de currículo é necessária para que, ao se dialogar sobre envelhecimento saudável, múltiplos fatores devem ser pensados como elementos de interação: “[...] saúde física e mental, independência de vida diária, integração social, suporte familiar e independência econômica, entre outros” (LIMA; DA SILVA; GALHARDONI, 2008, p. 797)

Uma referência ainda bastante importante é de que destes 1.736 alunos matriculados durante os anos, 1.590 são do sexo feminino, o que corresponde a 91,58% de todos os egressos.

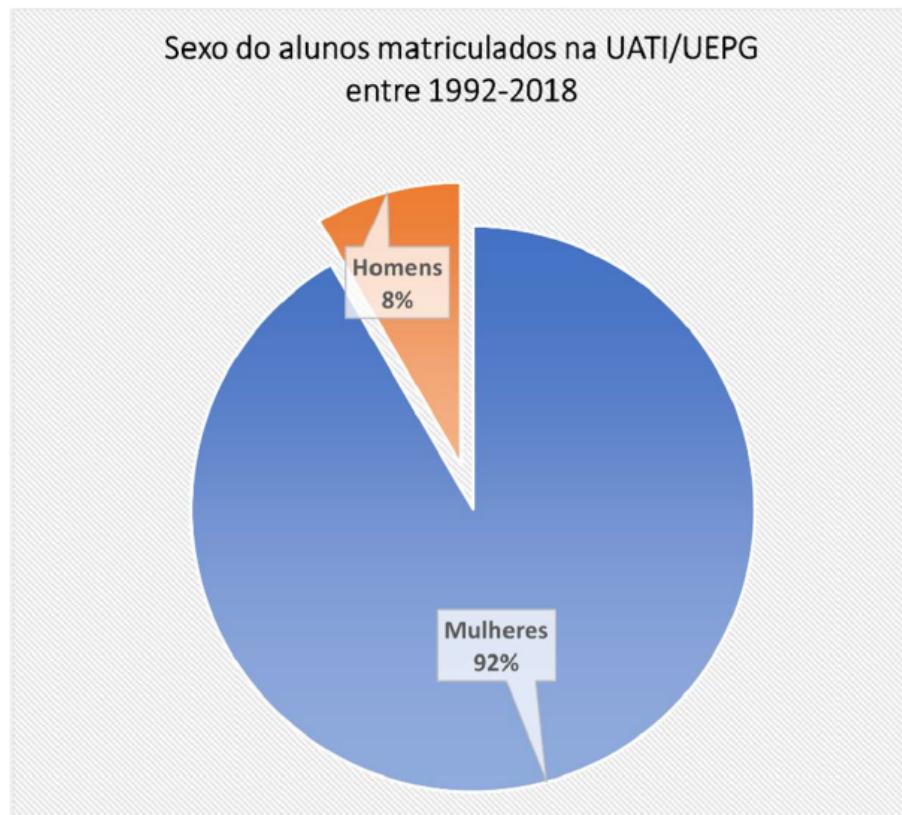


Gráfico 3 – Sexo dos alunos matriculados na UATI/UEPG entre 1992-2018

Fonte: Dados do arquivo do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI/UEPG)

Este não é um fato isolado na UATI/UEPG, eis que estudo similar verificou que, na UnATI estruturada junto à Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em Goiânia, o mesmo ocorreu, ou seja, há uma preponderância do sexo feminino perante o masculino.

Neste contexto, chama a atenção o fato de que na presente pesquisa houve um predomínio da participação das mulheres em comparação a dos homens. Esse dado é semelhante ao encontrado em outros estudos nos quais as mulheres compreendem cerca de 80% dos inscritos nas UnATI. De acordo com estes estudos, essa predominância no número de mulheres estaria relacionada ao fato de que a expectativa de vida delas é de cinco a oito vezes maior do que a dos homens. Assim, a chance de que fiquem viúvas e se sintam solitárias é maior. Neste cenário, esse sentimento de solidão configurar-se-ia como uma experiência emocional estressante em seu cotidiano e mobilizaria essas mulheres a procuraram novos contatos sociais. ADAMO; ESPER et al., 2017, p. 558). (ADAMO, ESPER, et al., 2017, p. 558)

Pode ser uma variável, mas não há estudos específicos que possam corroborar que o predomínio do sexo feminino se dê em razão da longevidade e da viuvez, inclusive, gerando um contraponto com um dos conjuntos de dados abaixo relatados, que demonstrou que a maioria dos alunos da UATI/UEPG são casados, divergindo da afirmação acima exposta.

Mas é fato que “[...] os conceitos considerados importantes na busca dessa forma de educação por parte do público feminino foi a busca pela identidade e pela valorização de sua memória” (ADAMO; ESPER et al., 2017, p. 558), fato comprovado naquele estudo por questionários direcionados. Ainda, também comprovou o benefício da participação das universidades abertas para a terceira idade na vida dessas mulheres, diminuindo a incidência de doenças crônicas, sendo indicada por especialistas inclusive como tratamento adjacente, ou seja, em conjunto com outros tratamentos.

Em relação a maior participação feminina nas UnATI, verifica-se que apesar da maior expectativa de vida das mulheres, estas possuem a saúde mais comprometida do que os homens sendo vítimas de doenças crônicas como osteoporose, diabetes, hipertensão e artrite. Como estudos comprovaram que com o tempo e com a participação constante nessas universidades,

esses problemas de saúde começam a diminuir e até mesmo desaparecer. Esses resultados apontaram a procura da UnATI como forma de tratamento adjuvante das morbidades que atingem mais as mulheres. (ADAMO; ESPER et al., 2017, p. 558).

Este dado, em particular, é importante para a programação de atividades que tenham maior aceite pelas acadêmicas, pois além de se fornecer a estrutura para uma educação permanente, a integração social e o cuidado com um envelhecimento saudável são as bases da UATI.

Frisa-se, contudo, que não se trata este estudo de uma pesquisa explicativa, na qual se procura identificar as causas e efeitos, motivo pelo qual, neste momento, não haverá uma maior indagação das razões que levam a esta tão grande proporção entre homens e mulheres, mas fato é que, por motivos que estão sendo levantados, as mulheres procuraram muito mais as UATI do que os homens.

O envelhecimento também traz novos contornos e estruturas familiares. Enquanto a maioria da população brasileira desenvolve sua vida adulta em uma união conjugal, afetiva, com o passar dos anos, essas uniões também se dissolvem, seja por consenso próprio ou por obrigatoriedade da natureza.

As fases da vida estão sendo redesenhas em face de constantes mudanças, dentre essas os avanços tecnológicos, o acesso às informações, a demanda por uma educação continuada e mudanças familiares com o aumento de divórcios, recasamentos e uniões homo afetivas. Essa perspectiva corrobora com a ideia de que a UnATI pode funcionar como uma ferramenta para minimizar os efeitos dessa nossa fase, uma vez que visa promover o contato social e o desenvolvimento de novas capacidades que possam auxiliar no entendimento e enfrentamento ativo às repercussões ocorridas nessa fase da vida (ADAMO; ESPER et al., 2017, p. 557).

Os novos contornos familiares e a estruturação da sociedade brasileira fazem com que as uniões conjugais aconteçam em menor quantidade e também durem menos, conforme dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020, p. 6), seja por obrigação de uma sociedade impositiva ou mesmo por condições econômicas e sociais adversas, as quais farão as proporções de ingressos mudarem.

As universidades abertas para a terceira idade devem proporcionar esta complementação de atividades que a vida natural sucumbiu, tornando a vida social um prognóstico de uma doença física e até mental.

O suporte social é um dos recursos mais significativos usados pelos idosos. Envolve a percepção do suporte recebido, o senso de controle sobre as relações sociais, e a perspectiva de trocas que incluem fatores afetivos, emocionais e materiais. Em pesquisas na comunidade francesa, Antonucci, Fuhrer, Dartigues (1997) assinalam que a percepção e satisfação com o suporte social recebido foi correlacionada positivamente com menores índices de sintomas depressivos. (LIMA; DA SILVA; GALHARDONI, 2008, p. 799).

Verificou-se, também, que a maior parte dos matriculados eram casados, ou seja, quase a metade dos alunos matriculados na UATI/UEPG, ao passo que 1/3 dos alunos são viúvos e mais 1/7 são divorciados ou separados.

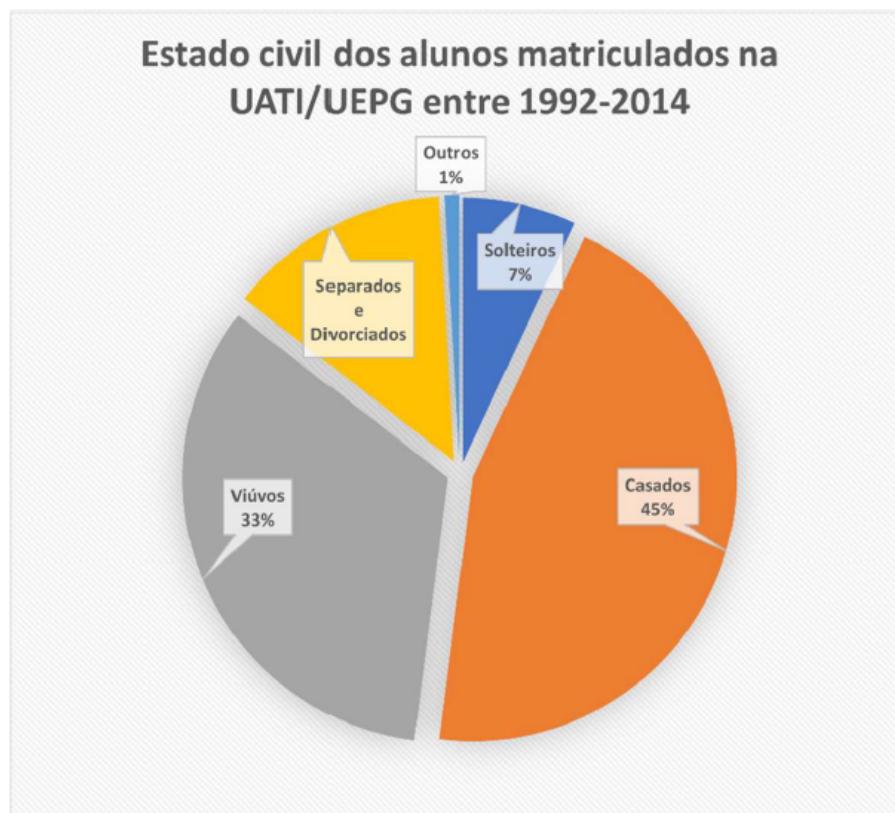


Gráfico 4 – Estado civil dos alunos matriculados na UATI/UEPG entre 1992-2018

Fonte: Dados do arquivo do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI/UEPG)

Da mesma forma como ocorre com a adaptação de currículo que gerará a aposentadoria mais tardia, também os novos arranjos familiares gerarão adaptação.

Diante de seu isolamento natural quando da quebra de seu vínculo laboral ou dos novos arranjos familiares, a carência de novas teias de amizade traz o imperativo de procurar novas ocupações e, por este motivo, as Universidades Abertas para a Terceira Idade se tornam ferramentas ativas que contribuem para que esta sociedade orgânica reorganize seus membros, adaptando-os às novas necessidades da vida.

A última bateria de dados coletada nesta forma sintética de análise faz referência à escolaridade dos acadêmicos que ingressaram na UATI/UEPG.

Constatou-se que a maioria dos alunos matriculados possuía somente o Ensino Fundamental (49,59%), enquanto 34,22% o Ensino Médio e somente 16,18% o Ensino Superior:

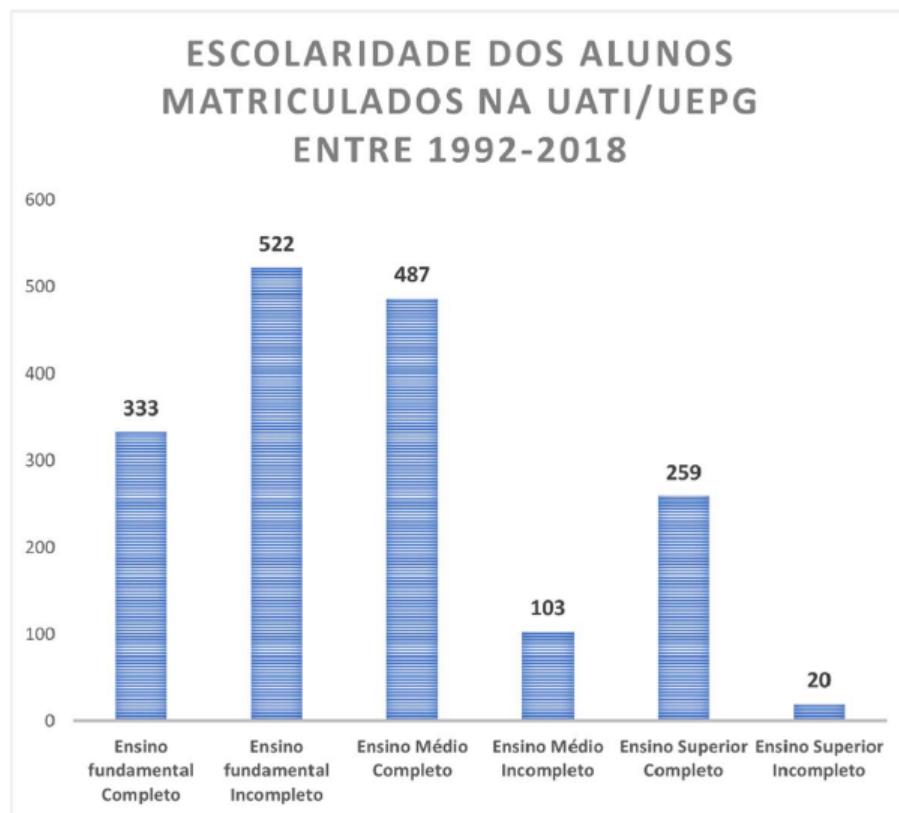


Gráfico 5 – Escolaridade dos alunos matriculados na UATI/UEPG entre 1992-2018

Fonte: Dados do arquivo do Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI/UEPG)

Esta informação se mostra relevante a partir da ideia de que a busca pelo Ensino Superior, mesmo que tardiamente, ainda faz parte de um ideário de vida na sociedade capitalista. O Ensino Superior, nesta fase, não tem o objetivo de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, sendo assim uma outra estrutura complexa, com objetivos muito mais altruísticos.

A UATI/UEPG, através do programa conexo Universidade Continuada para a Terceira Idade (UCTI), fornece a possibilidade ao egresso da UATI permanecer mais tempo dentro da estrutura realizando disciplinas optativas.

Ainda em análise pormenorizada, pode-se verificar que não houve grandes alterações no nível de escolaridade dos ingressos na UATI/UEPG durante os últimos trinta anos, ou seja, era de se esperar que o número de alunos com Ensino Superior fosse muito maior, como demonstra o Gráfico 6, a seguir:

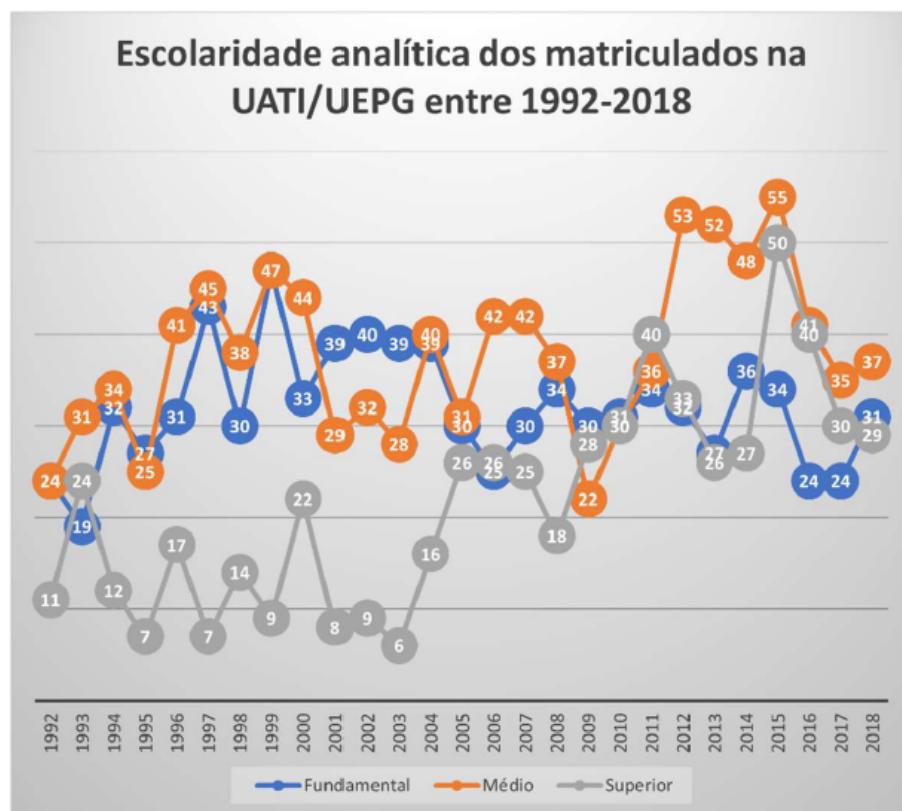


Gráfico 6 – Escolaridade analítica dos matriculados na UATI/UEPG entre 1992-2018

Estes fatores demonstram que a UATI/UEPG é um organismo vivo, que necessita de adaptações diárias em sua estrutura para cumprir com suas obrigações institucionais, não podendo estar engessada em questões burocráticas ou ideológicas.

Da mesma forma, os gráficos acima demonstram que a UATI/UEPG está cumprindo com a função social e extensionistas, focada no bem-estar e inclusão social do idoso nos últimos trinta anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se como identidade o conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la.

A UATI/UEPG iniciou suas atividades no final de 1992 como uma experiência inovadora no Estado do Paraná e tornou-se referência na educação permanente de idosos.

Possui uma história de trinta anos, sendo uma das três primeiras do gênero no Brasil e a primeira do Paraná, que ainda está em funcionamento. Trata-se de uma instituição única que adveio de um projeto de extensão universitária, que serviu como base para a estruturação de muitos outros projetos pelo Brasil afora.

O sucesso de sua empreitada e os reflexos que gerou fizeram da vida de quase dois milhares de idosos pessoas com perspectivas melhores, inseridas num espaço de respeito e dignidade, onde diferenças sociais, individuais, econômicas, de crenças ou costumes não os segregaram.

A UATI/UEPG possui objetivos institucionais determinados no bem-estar e a educação permanente, e em 2017 sua estrutura funcional como projeto de extensão de uma Instituição de Ensino Superior foi balizada pela alteração do Estado do Idoso.

Com um consumo mais racional do tempo, uma das principais preocupações do ser humano, aliado a uma inevitável adaptação social diante dos novos arranjos familiares e situação funcional, as UATI mostram-se como uma grande aposta para suprir uma necessidade da sociedade brasileira, que é a reinclusão do idoso.

Fato é que a Universidade Aberta para a Terceira Idade foi incluída na estrutura institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo hoje uma parte integrante indissociável, necessária e relevante para sociedade da cidade de Ponta Grossa.

## REFERÊNCIAS

- ADAMO, C. E. et al. Universidade aberta para a terceira idade: o impacto da educação continuada na qualidade de vida dos idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 550-560, jul./ago. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n4/pt\\_1981-2256-rbgg-20-04-00545.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n4/pt_1981-2256-rbgg-20-04-00545.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.
- ALMEIDA, S. A. P. D.; OLIVEIRA, R. D. C. D. S. Envelhecimento digno: inserção da mulher na Universidade Aberta para a terceira idade. *Kairós Gerontologia*, v.16, n.5, p. 309-323, 2013.
- ASSIS, M. G.; DIAS, R. C.; NECHA, R. M. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In: ALCÂNTRA, A. D. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política nacional do idoso: velha e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 199-209. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9086/1/A%20Universidade%20para%20a%20terceira%20idade.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988, Brasília, DF, 1988.
- CACHIONI, M. Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus Editora, 1999. p. 141-178. Disponível em: [https://www.academia.edu/37744078/Cachioni\\_M\\_1999\\_Universidades\\_da\\_Terceira\\_Idade\\_Das\\_origens\\_%C3%A0\\_experi%C3%A3ncia\\_brasileira\\_In\\_Neri\\_A\\_L\\_e\\_Debert\\_G\\_G\\_orgs\\_Velhice\\_e\\_Sociedade\\_Papirus\\_Campinas\\_p\\_141\\_178](https://www.academia.edu/37744078/Cachioni_M_1999_Universidades_da_Terceira_Idade_Das_origens_%C3%A0_experi%C3%A3ncia_brasileira_In_Neri_A_L_e_Debert_G_G_orgs_Velhice_e_Sociedade_Papirus_Campinas_p_141_178). Acesso em: 15 abr. 2021.
- CEDI/PR. Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATIS. **Conselho Estadual dos Direitos do Idoso**, 05 abril 2021. Disponível em: <http://www.cedi.pr.gov.br/Pagina/Universidade-Aberta-Terceira-Idade-UNATIS>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- IBGE **Estatísticas do Registro Civil 2019**, Brasília, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2019\\_v46\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2019_v46_informativo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.
- LIMA, Â. M. M. D.; DA SILVA, H. S.; GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um构ucto e novas fronteiras. **Inteface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 795-807, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/icse/2008.v12n27/795-807/pt>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- OLIVEIRA, R. C. S. Docência para terceira idade. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-32, 2001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/download/619/445>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- OLIVEIRA, R. C. S. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.13, n.25, p. 38-50, ago. 2002. Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/files/edicao\\_revista/fe13d87d-407b-440b-a5f6-3ea9e3a6609\\_c.pdf](https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/fe13d87d-407b-440b-a5f6-3ea9e3a6609_c.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.
- OLIVEIRA, R. C. S. A universidade aberta para a terceira idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa: Realidade, desafios e perspectivas. **IV Congreso Iberoamericano de Universidades para Mayores - CIUUMM 2011**, p. 1.159-1.172, 2011. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/20178/1/1159.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, R. C. S. A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre a educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 35, n. 1, p. 79-87, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, R. C. S.; OLIVEIRA, F. S. Ressignificando a Velhice: a Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n.10, p. 103-108, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/download/2652/1807>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TEODORO, M. F. M. UNATI.UERJ: Uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 205-218, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/684/68459741008/html/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2021